

## Prefácio

Neste livro, o Pedro Gomes apresenta uma história de Luanda durante o colonialismo tardio. Baseada na análise da expansão das práticas musicais e do automobilismo, a sua sociologia histórica do lazer e da cultura popular moderna consegue criar uma perspetiva única da cidade e das suas populações: fala-nos sobre a vida nos bairros suburbanos e nas ruas do seu centro, identifica linhas de separação e «zonas de contacto», e avalia as estratégias de sobrevivência de um poder colonial acossado, a lutar desde 1961 contra os movimentos de libertação e a internacionalização da luta anticolonial, que caracterizou os «anos 60 globais». Esta análise do sistema colonial na capital de Angola interpreta a constituição e reconstituição de uma sociedade urbana segregada, assente numa cidadania dual, que separou, no essencial, africanos e europeus, e cuja dinâmica de exploração económica racializou uma radical sociedade de classes. O governo desta sociedade colonial dependeu do recurso à violência, tanto a concentrada na ação dos dispositivos estatais, significativamente reforçados neste período, como a dispersa pelo tecido social e constitutiva de uma «ordem de interação» que prescrevia e reproduzia a subordinação racial, sob a forma de humilhação e paternalismo.

Mas o Pedro Gomes dá igualmente conta das mudanças ocorridas neste período na estrutura social luandense. Estas foram motivadas pelo contexto da guerra e pela necessidade de a administração colonial juntar à violência e à vigilância políticas a «conquista dos corações e das mentes», quando as chamadas políticas de ação psicossocial dependiam da abertura de brechas na discriminação urbana. Bem controlado, o lazer podia gerar conformismo político e social;

mal gerido, convertia-se rapidamente num problema de ordem pública, já que fornecia meios de consciencialização política e alimentava desejos sociais disruptores. Mas a mudança em Luanda foi também determinada por uma integração económica que exigia a circulação mais eficaz da mão de obra africana urbana, à qual se exigia maior adaptabilidade à diversificação produtiva, em contraste com uma história laboral que a confinara ao mais elementar trabalho servil. Apesar de frágil, a transformação da estrutura ocupacional local promoveu novas mobilidades urbanas; sujeitos a uma relação intensa com o centro da cidade, muitos habitantes da periferia tornaram-se consumidores mais versáteis.

Na capital de Angola, o cosmopolitismo proporcionado pelo contacto cultural não se confinou ao desenvolvimento de «estilos de vida colonos», cultivados em «paraísos europeus» em África, e de onde emergiu um «modernismo tropical», recordado pela memória pública criada pelos antigos colonos, hoje disseminada pelas redes sociais, mas também pelas agendas nacionalistas contemporâneas que não abandonaram os estudos sobre o património material e imaterial. Nos bairros dos subúrbios, a experiência da modernidade não se confinava à absorção criativa – e não necessariamente mimética – do que chegava da cultura popular moderna ocidental, nomeadamente dos seus centros anglo-saxónicos: ela vivia de trocas locais e regionais, que iam da África do Sul ao Congo, mas que se estendiam até à América do Sul, nomeadamente ao Brasil. Esta troca cultural, justapondo camadas de relações hoje difíceis de recuperar na sua plenitude, promoveu hibridismos e sincretismos que transformaram os horizontes de expectativa de muitos habitantes da periferia. A apropriação local da linguagem da cultura popular moderna garantiu recursos para os indivíduos se envolverem com o mundo que os rodeava, tornando-o mais inteligível.

Foi conflituosamente que o império português governado pela ditadura do Estado Novo se relacionou com a marcha imperial e mercantil das indústrias culturais. Em Luanda, estas apropriações culturais facultaram meios para os membros das populações periféricas «reclamarem a cidade», usufruindo de uma ténue, mas ainda assim ativa, cidadania específica, conferida por práticas de sociabilidade e pelo domínio sobre imaginários cosmopolitas. Quando desafiavam diretamente o poder, instigando a uma resistência organizada, estes produtos culturais eram bloqueados pelo sistema de censura;

mas a censura demonstrou menos eficácia a regular consumos que de modo mais mediado apelavam a uma ideia difusa de justiça ou igualdade, a formas de individualismo, ou motivavam a adoção de estilos de vida que desafiavam uma sociedade muito hierarquizada. Por isso, as festas organizadas nos quintais suburbanos, ao som da música gravada e reproduzida em gramofones ou gira-discos ou tocada ao vivo, ameaçavam, à sua maneira, a ordem da cidade.

Se o estudo da música concede ao leitor uma visão transversal da sociedade de Luanda, entrando eficazmente na história de bairros como o Sambizanga, o Rangel, o Catambor, a Prenda, as Ingombotas, São Paulo, o Zangado, o Marçal, o Caputo e a Lixeira, entre outros, a análise de uma prática de elite, como o automobilismo, revela a transformação do projeto colonial e o seu ajustamento às dinâmicas dominantes do capitalismo internacional. Associada à exploração de hidrocarbonetos, tão fundamental para a economia de Angola, a expansão do automóvel demonstrava a dinâmica da produção industrial e de um consumo dependente do desejo social, muito masculinizado, ampliado pelas imagens da cultura popular moderna, da música ao cinema. Em Luanda, o automóvel materializava a retórica da superioridade europeia e enunciava as fraturas no mundo da elite colonial, relevando novos protagonismos. Símbolo de um estatuto adquirido, o automóvel consentia também a superação de uma condição social, pela fuga aos mundos que bloqueavam desejos na comunidade, no trabalho, na família.

A capacidade deste livro iluminar a complexa realidade urbana de Luanda é inseparável do recurso intensivo à história oral. Meio para resgatar memórias e vivências pouco presentes nas fontes mais convencionais, a história oral facilitou a descrição densa da vida dos bairros suburbanos, contada a partir da evolução de tradições musicais, da adoção criativa de melodias ouvidas num disco ou num transistor, ou escutadas na guitarra de quem chegara de outras paragens; mas abriu, igualmente, uma porta de entrada para o mundo privilegiado da elite colonial, uma esfera menos acessível às interrogações da pesquisa académica. Este relato «vindo de baixo», mesmo que não seja apenas sobre os «de baixo», dialoga criticamente com narrativas hegemónicas sobre o processo histórico angolano, sobretudo as que, emergindo do campo político, reproduzem as fraturas internas e os protagonistas consagrados deste universo. Consegue, também, romper com a «história dos campos» musical e do automobilismo,

onde, com persuasão, se reproduzem gestas individuais e coletivas não menos parciais e mitificadas.

A análise da modernidade colonial de Luanda proposta pelo Pedro Gomes expõe singularmente as características e movimentos da estrutura social de Luanda. Assente no privilégio dos europeus brancos, em grande maioria colonos portugueses, esta era uma sociedade indiscutivelmente segregada, em contradição com as retóricas luso-tropicalistas da época, que chegaram vigorosas até hoje. Com minúcia, descrevem-se aqui os detalhes e movimentos desta estrutura, nomeadamente as dinâmicas de diferenciação mediadas por condições estatutárias, económicas, educativas e laborais, pela relação com o Estado – de que a herança do indigenato é o fator mais relevante – e pela própria complexidade do processo de construção simbólica da raça, já que, nas «zonas de contacto», se destacava a presença de mestiços e assimilados – que mantiveram vantagens, mesmo após o fim do indigenato, em 1961.

Este livro explica, porém, que a sociedade de Luanda não se confinava aos seus limites geográficos. Desde logo, ela prolongava-se pela diáspora, nomeadamente em Lisboa, uma cidade redescoberta pela identificação de itinerários que não apenas os percorridos pelos notáveis que passaram pela Casa dos Estudantes do Império, mas que incluíam operários ou desportistas. Mas Luanda também transbordava das suas margens físicas pelo efeito da apropriação cultural: os movimentos, interesses e ambições de alguns dos seus habitantes inspiravam-se em artefactos culturais que circulavam com inédita fluidez e que integraram o quotidiano local, ligando-o a tantos outros espaços pelo globo.

O terreno colonial não tem sido privilegiado pela análise sociológica em Portugal. Não é verdade, no entanto, que o conhecimento sociológico não tenha sido empregado para interpretar a situação colonial em Angola, como noutros territórios coloniais. No tempo do império, a sociologia foi mobilizada por estruturas científicas e administrativas para a realização de diagnósticos que pudessem suportar políticas mais eficazes. Conhecer melhor os grupos sociais, nos contextos rurais, mas sobretudo nos espaços urbanos, identificar as suas condições de vida, os hábitos, práticas, desejos e expectativas, ajudou o regime a combater a instabilidade política e social. Em alguns casos, estes trabalhos eram explicitamente designados por sociologia; noutros, cientistas e funcionários coloniais invocavam os

seus métodos e conceitos nas suas práticas e interpretações. Mas a sociologia foi também mobilizada por quem se encontrava na oposição ao regime colonial, porque permitia, com maior rigor, identificar a organização de uma sociedade profundamente iníqua que devia ser deposta pela luta anticolonial. Por isso, foi comum a publicação de panfletos, ou mesmo de estudos mais profundos, nos quais a investigação sociológica apoiava um programa de mudança social. É hoje indiscutível que estes usos da sociologia, muito vinculados à sua aplicação prática e aos seus fins políticos, devem ser criticados; e, no entanto, o conhecimento que criaram das sociedades coloniais não é despidendo nem desprezável.

Em relação a estas investigações da época, o trabalho do Pedro Gomes tem a vantagem garantida pela distância histórica e pela independência face a agendas institucionais e políticas, bem como pelo acesso mais facilitado a fontes primárias e secundárias. Ainda, assim, o seu olhar não é descomprometido. Para ele, é importante que esta investigação seja útil para as discussões atuais sobre a história e a memória pública do colonialismo português, e que as suas descobertas e interpretações possam enformar esses debates, em contextos políticos, como os atuais, em que o nacionalismo, com a sua forte mitologia colonial, regressou com força ao campo político e ao espaço público e mediático. E em Portugal este regresso não se faz hoje pela consagração do imaginário luso-tropical do bom colonizador, mas por uma retórica frontalmente xenófoba e racista que, na realidade, nunca deixou de estar presente nas narrativas coloniais portuguesas, mas que a constituição de uma democracia após o 25 de Abril deixou algum tempo em estado latente. Esta é certamente uma boa obra para pensar este passado recente.

*Nuno Domingos*  
ICS, ULisboa